



## Obinrin: O projeto de emancipação feminina do Terreiro da Casa Branca

Obinrin: the female emancipation project of Terreiro da Casa

Isaura Genoveva Neta<sup>1\*</sup>

Silviane Ferreira de Jesus<sup>2\*\*</sup>

Fábio Roque da Silva Araújo<sup>3\*\*\*</sup>

**Resumo:** O terreiro mais antigo do Brasil, tem marcado nas suas raízes a força feminina. O templo Casa Branca com seus quase duzentos anos de luta e resistência do povo negro, preserva desde a sua origem a cultura e a ecologia dos saberes vindas de África. O presente estudo tem por finalidade examinar a constituição da Obinrin – Mulheres de Axé, um curso de extensão idealizado na disciplina Meio Ambiente e Justiça Social no Mestrado em Direito da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, tendo por fundamento a filosofia Ubuntu e o Ilê Axé Iyá Nassô Oká . Para elaboração deste artigo a metodologia aplicada foi realizada por meio de revisões bibliográficas de artigos, monografias, dissertações e teses referentes ao tema apresentado, como também por meio de relatos passados de forma oral. Concluindo que a troca realizada pelo Curso de Extensão Obinrin multiplicará saberes por meio da formação acadêmica, que resultará na emancipação e empoderamento de toda comunidade.

**Palavras-chave:** Obinrin; Racismo; Justiça Social; Meio Ambiente; Mulher.

**Abstract:** The oldest terreiro in Brazil, it has marked the feminine strength in its roots. The Casa Branca temple, with its almost two hundred years of struggle and resistance by black people, has preserved the culture and ecology of knowledge coming from Africa since its origins. The purpose of this study is to examine the constitution of Obinrin – Mulheres de Axé, an extension course idealized in the subject Environment and Social Justice in the Master in Law of the Catholic University of Salvador – UCSAL, based on the Ubuntu philosophy and Ilê Axé Iyá Nassô Oka . For the elaboration of this article, the applied methodology was carried out through bibliographic reviews of articles, monographs, dissertations and theses related to the presented theme, as well as through past oral reports. Concluding that the exchange carried out by the Obinrin Extension Course will multiply knowledge through academic training, which will result in the emancipation and empowerment of the entire community.

<sup>1\*</sup>Mestranda do Programa de Pós Graduação em Direito (UCSAL), Especialista em Políticas Públicas em Gênero e Raça (UFBA), graduada em Direito (UCSAL), Advogada. Pesquisadora FAPESB. (isaura.neta@ucsal.edu.br).

<sup>2\*\*</sup>Mestranda do Programa de Pós Graduação em Território, Ambiente e Sociedade (UCSAL), graduada em Engenharia Civil (UCSAL). Pesquisadora FAPESB. Membro do Grupo de Estudos de Áreas Metropolitanas – GAM. (silvane.jesus@ucsal.edu.br).

<sup>3\*\*\*</sup>Doutor em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia (2015). Mestre em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia (2009). Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2002). Professor Adjunto da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Professor do Mestrado em Direito da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Professor da Pós-graduação em Ciências Criminais da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Professor da Pós-graduação em Direito Médico da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Membro dos grupos de pesquisa: Alteridade e Direitos Fundamentais (UCSAL), Criminologia Crítica na América Latina: punitivismo, políticas sociais equivocadas e as violações aos direitos humanos (UCSAL) e Processo Penal e Democracia (UFBA). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, atuando principalmente nos seguintes temas: Segurança Pública, Sistema Prisional e Direito Penal Garantidor. Juiz Federal na Bahia. (fabio.araujo@pro.ucsal.br).



**Keywords:** Obinrin; Racism; Social Justice, Environment; Woman.

## 1. Introdução

Compreender o tecido social e como ele se movimenta para ser garantia de uma parcela e opressor para outra, é acima de tudo ter consciência que o espaço no qual o racismo é uma prática social legitimada pelo Estado, o seu enfrentamento não depende só da ação de resistência da população negra, mas da abdicação de privilégios por uma parcela da sociedade que não aprendeu a abrir mão de suas regalias em função de qualquer outro grupo que não eles mesmos.

Neste contexto, a análise da mulher negra é de suma importância para estruturar o projeto Obinrin, que contém questões relativas à raça e gênero, bem como racismo ambiental, filosofia Ubuntu e justiça social com o fito de inserir na sociedade uma metodologia que possibilite a troca de saber entre pessoas da sociedade que estejam dispostas a pensar/agir no mundo de forma diferente, respeitando a diversidade e resguardado a natureza.

A ideia de ter um espaço coletivo onde os participantes possam ser atores e interlocutores, fortalecendo laços, desenvolvendo afetividade, trocando de saberes, é o cerne da Obinrin, que visa ressignificar a vida de seus membros, denominadas de Embaixadoras, e disseminar a filosofia africana aprimorada na diáspora que permitiu a sobrevivência da população negra apesar do período de escravidão.

O conceito de justiça social dado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) “define justiça social como o meio pelo qual todo trabalhador ou trabalhadora pode reivindicar livremente e com base na igualdade de oportunidades sua justa parte da riqueza que ajudou a gerar” (TST, 2023).

Neste diapasão, o ato constitutivo da Obinrin – Mulheres de Axé corresponde à busca pela garantia de direitos, respeitando a diversidade social e considerando as necessidades de acordo com as demandas apresentadas por cada uma das dezenas de mulheres que serão Embaixadoras Obinrin.

Desta forma, o texto foi pensado da seguinte forma: primeiramente será apresentado o papel das mulheres, mães de santo na emancipação das mulheres negras



da Bahia, tendo como espaço de culto e pertencimento o Terreiro da Casa Branca, considerado primeiro terreiro do Brasil. Após, apresentar-se-á a trajetória dessas mulheres a frente desta casa religiosa, na busca de uma narrativa de resistência e tolerância com culturas de matriz africana. Por fim, é o momento de expor o Projeto de Extensão criado no Programa de Pós-graduação da Universidade Católica chamado Obinrin: Mulheres de Axé que tem como objetivo emancipar através da conscientização social, jurídica e filosófica as centenas de mulheres frequentadores do Terreiro Casa Branca que buscam no sonho da Universidade um espaço de emancipação feminina.

A metodologia utilizada para elaboração deste artigo foi realizada por meio de revisão bibliográfica exploratória a qual teve como finalidade de contextualizar historicamente o Terreiro Casa Branca, localizado na cidade de Salvador. Para isso, buscou-se na literatura (artigos, teses e dissertações) através de plataformas de pesquisa científica como Periódicos Capes, Scielo, Google Acadêmico e Repositório de dissertações e teses, acrescidos de relatos iniciados no espaço deste Candomblé.

## **2. O Terreiro Casa Branca: a primeira casa de religião de matriz africana no Brasil**

O processo de constituição do Brasil tem como marco histórico os quase quatro séculos de escravidão. Em 1535, o tráfico de seres humanos inicia seu processo de transporte de africanos retirados compulsoriamente de suas cidades para serem escravizados no Brasil (SANT'ANNA, 2001-2003).

Embora o processo de escravização seja considerado um dos fenômenos mais antigos da humanidade, os efeitos deste sistema reverbera suas consequências até os dias atuais em outros países como Estados Unidos e Brasil sob o prisma do racismo.

O racismo é uma ideologia que, em linhas gerais, classifica e hierarquiza indivíduos em função de seu fenótipo, numa escala de valores que tem o modelo branco europeu ariano como o padrão positivo superior e, do outro lado, o modelo negro africano como o padrão inferior. O racismo está presente no cotidiano das relações sociais, funcionando como um filtro social, fortalecendo ou cerceando oportunidades, moldando e reforçando os pilares de acesso e exclusão. E com a operação de clivagens raciais, o racismo alimenta as bases de uma sociedade desigual (THEODORO, 2014, p.214).

Sob uma análise mais voltada a sobrevivência do povo negro neste país, um recorte sobre a dinâmica de resistência das mulheres negras na Bahia, é possível dizer



os Terreiros de Candomblé tiveram papel importante para o processo de emancipação das mulheres negras na Bahia. As terras brasileiras foram responsáveis por receber aproximadamente cinco milhões de africanos, ou seja, 40% de todo contingente de homens, mulheres e crianças que saíram dos portos do continente africano rumo às Américas para serem escravizados (GOMES, 2019, p. 24).

Em que pese a Fundação Palmares reconhece Salvador, capital da Bahia, como a cidade mais negra fora de África (PALMARES, 2019), o racismo estrutural está entranhado em toda sociedade de modo que não é difícil identificar posturas preconceituosas e discriminatórias no cotidiano das soteropolitanas e dos soteropolitanos, haja vista a instituição em 2003 da Secretaria Municipal da Reparação – SEMUR, através da Lei nº 5.452 (SEMUR, 2003).

Sob a ótica da religiosidade que caracteriza a cidade de São Salvador como um território atravessado pelo sincretismo religioso e pluralidade de crenças e credos, é possível perceber que as religiões de matriz africanas são objeto de ataques, apesar de seu histórico de proteção socioambiental.

Neste contexto, a diáspora africana revela em uma de suas nuances, a estruturação do resgate ancestral a partir da edificação de templos religiosos denominados Terreiros de Candomblé. Na Bahia se destaca o Ilê Axé Iyá Nassô Oká – Terreiro da Casa Branca ou Engenho Velho, como é denominado e reconhecido historicamente como primeiro Terreiro de Candomblé do Brasil com período histórico de fundação que transita entre 1788 e 1830 (SILVEIRA, 2006).

A arquitetura do Terreiro da Casa Branca tem um salão principal (Figura 1) com uma coroa erguida sobre quatro pilares que representa a união de povos de diferentes regiões do Continente Africano. Os grupos étnicos de Ketu do culto a Oxossi, Ilexá com Oxum, Oyó com Xangô e Ejigbó com Oxála (SILVEIRA, 2006) puderam a partir desta nova estrutura diferente de África, realizar suas cerimônias religiosas, unindo a partir da fé africanos oriundos da Nigéria e do Benin.

Figura 1 - Salão Principal do Terreiro Casa Branca.



Fonte: SILVA, Dhiego (2022).

Da Ladeira do Berquó, no fundo da Igreja de Nossa Senhora da Barroquinha, atualmente Centro Histórico de Salvador, para o local denominado à época de Caminho do Rio Vermelho (CASTILLO E PARÍS, 2007), hoje Avenida Vasco da Gama por sua parte frontal e fundo pelo atual Engenho Velho da Federação, local que permanece até hoje, o Terreiro da Casa Branca fez história como um templo religioso dirigido apenas por mulheres, dando origem a templos tradicionais como o Ilê Iyá Omi Axé Iya Iyamassê - Terreiro do Gantois e o Ilê Axé Opô Afonjá que seguem a mesma lógica de sacerdócio exclusivamente matriarcal, demonstrando a importância das religiões de matriz africana para emancipação das mulheres na Bahia.

Não é possível afirmar com precisão a data da transferência do templo do Centro Histórico para sua atual localização, para alguns autores o fato ocorreu na primeira metade do século XIX, porém em decorrência da ausência de registros feitos por parte dos próprios membros do Terreiro, estas datas são estimativas com base no contexto histórico da época. Contudo, a transmissão do legado ancestral ocorre através da oralidade desde a fundação do templo religioso até a atualidade, sobre este tema temos trecho da palestra proferida na III Conferência Mundial da Tradição dos Orixás e Cultura<sup>4</sup> que ocorreu em 1984 na cidade de Nova York, pelo ogan José Abade de Oliveira<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Na Bahia, princesas, na condição de escravas, vindas de Oyó e Keto, fundaram um centro num engenho de cana. Depois se agruparam num local denominado Barroquinha, onde fundaram uma comunidade de

O Terreiro conta com uma área de 6.800m<sup>2</sup> (Figura 2), e foi o primeiro monumento negroliderado por mulheres tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN em 1984 (IPHAN).

Figura 2 - Templo Sagrado Terreiro Casa Branca.



Fonte: Acervo Pessoal do Terreiro Casa Branca.

O Terreiro da Casa Branca é um templo religioso matriarcal sendo liderado apenas por mulheres (Figura 3), e tendo uma proibição o sacerdócio exercido por pessoas do sexo masculino neste templo. Na estrutura organizacional básica do templo, três categorias estabelecem o papel de cada indivíduo na comunidade. As mulheres podem ser adoxus ou ekedis e os homens única e exclusivamente ogans. Por adoxu se compreende que é pessoa portadora do òsù (preparado de pós e ervas utilizadas no processo de iniciação), ou seja, a pessoa que recebe após o período iniciático a possibilidade de incorporar o orixá ao qual foi consagrada. As Ekedis são na tradição

---

Nagô Ilê Asé Airá Intilê também conhecida como Candomblé da Barroquinha, que segundo historiadores, remonta mais ou menos 300 anos de existência, dentro do perímetro urbano de Salvador. Sabe-se que esta comunidade fora fundada por três negras africanas cujos nomes são: Adetá ou Iyá Detá, Iyá Kalá, Iyá Nassô e Babá Assiká, Bangboshê Obitikô. Não se tem certeza de quem plantou o Axé, porém o Engenho Velho se chama Ilê Iya Nassô Oká. Os africanos que se encontravam ali, lugar deserto naquela época, porém próximo ao Palácio de sua Real Majestade, tiveram receio da intervenção das autoridades no seu Culto, daí, Iyá Nassô resolveu arrendar terras do Engenho Velho do Rio Vermelho de Baixo, no trecho chamado Joaquim dos Couros, lugar onde se encontra até hoje, estabelecendo aí o primeiro Terreiro de Culto Africano na Bahia.

<sup>5</sup>Nascido em agosto de 1923, foi iniciado com Ogan da Mãe Massi em 1929. Foi Engenheiro, Arquiteto, Topógrafo e músico. Professor do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA.



oral reconhecidas como mães, devido ao exercício da função de cuidado com os Orixás e a comunidade. O ogan é um cargo exclusivamente masculino que tem função de dar suporte à comunidade, realizar os sacrifícios e entoar os toques sagrados.

### 3. As lideranças femininas do Terreiro da Casa Branca.

O Candomblé da Casa Branca é um templo da religião matriarcal, por determinação dos Orixás que dão sentido à existência da Casa. A fé que emerge da matriz África tem pilares sólidos na proteção ao meio ambiente, por entender que sem natureza o ser humano não tem possibilidade de existência.

O respeito à energia feminina para as religiões de matriz africana tem destaque, pois a mulher é o ser designado por Olodumaré (Deus supremo) para a gestação da vida. Uma casa de axé possui um local sagrado que tem simbologia similar ao útero materno, reservado exclusivamente no caso da Casa Branca, para mulheres, sejam adoxu ou ekedis.

O papel da mulher é indispensável para o funcionamento do Ilê Axé Iya Nassô Oká, a presença da figura feminina na história de resistência do povo africano na diáspora é determinante até na disposição organizacional das Casas dos Orixás que estão na parte exterior do Terreiro. No entorno da casa principal estão dispostos a casa dos Orixás Exu, Ogum, Oxossi, Omolu, Airá, todas as divindades masculinas que estão voltadas para a Praça, a Fonte e o Barco de Oxum que recepcionam a todas as pessoas que adentram ao Axé Casa Branca.

O processo sucessório do Terreiro inicia com uma filha de Oxum Iya Nassô, sendo este o maior título conferido a uma mulher ao culto de Xangô em África, conforme relatos orais, e segue por outras mulheres iniciadas na Casa. A dinastia do referido Ilê Axé conta atualmente como sua nona liderança de acordo com a ordem cronológica da gestão de cada líder descrita a seguir na Tabela 1 abaixo:

**Tabela 1. Dinastia do Ilê Axé Iyá Nassô Oká**

PERÍODO	IALORIXÁ
1830-1837	Francisca da Silva, a iá Nassô



1840-1885	Marcelina da Silva, a Obatossi
1886 - 1890	Maria Júlia de Figueiredo
1891 - 1925	Ursulina Maria Figueiredo
1926-1962	Maximiana Maria da Conceição
1965- 1968	Maria Deolinda Gomes Santos
1969 - 1985	Marieta Vitória Cardoso
1986 - 2019	Altamira Cecília dos Santos
2020 - atual	Neuza da Conceição Cruz

Por falta de registro histórico, não foi possível encontrar nenhuma fotografia das Sacerdotisas Francisca da Silva, Marcelina da Silva e Maria Júlia de Figueiredo. Por esse motivo na Figura 3 só estão as fotos das demais Ialorixás do Terreiro Casa Branca.

Figura 3 - Ialorixás do Ilê Axé Iyá Nassô Oká.





Fonte: Autoras, 2023.

A liderança feminina é um referencial comum nos templos religiosos de matriz africana na Bahia, especialmente nos Terreiros de Candomblé do Engenho Velho da Federação, onde facilmente é possível encontrar diversos terreiros regidos exclusivamente por mulheres. Contrariando o conceito moderno de empoderamento, as mulheres negras que estão na gestão religiosa dos candomblés baianos estão constantemente invisibilizadas pela sociedade apesar de todo processo de resistência.

As mulheres negras, sofrem com variadas experiências de racismo violência e exclusão, uma das principais é o esquecimento social. Entretanto temos vários legados que são passados de mães para filhas. Por isso a importância de registrar memórias, como a das religiões de matriz africana, nas quais identificamos o protagonismo de mulheres negras. Por isso a necessidade de por nossas tripas no papel como recomenda Glória Anzaldúa (MARIOSA e MAYOGA, 2018, p.2).

Neste contexto, transversalizar o processo de estruturação de um templo religioso em meio ao sistema escravocrata (edificado aos fundos da Igreja da Barroquinha) e a sobrevivência de um povo apesar de toda opressão que o racismo impõe é também identificar o papel decisivo na manutenção de um povo e seu legado ancestral através da fé que somente é permitida aos afrodescendentes nos espaços sagrados dos Terreiros de Candomblé.



O saber ancestral vivenciado nos Candomblés da Bahia, serviu como mecanismo de preservação e reconexão entre diversas comunidades africanas que aqui chegaram na condição de pessoas escravizadas. O Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão, e após 134 anos da Lei Aurea, não se estruturou um sistema eficiente de política pública que ao menos minimizasse os efeitos de quase quatro séculos de escravidão ou que garantisse a reparação aos afrodescendentes como a legislação pátria determina.

Muito que se discute na sociedade sobre a necessidade de estruturar políticas públicas para promoção da igualdade racial, porém as práticas garantidoras destes institutos já eram desenvolvidas nos espaços de terreiros pelas mulheres negras. Gordilho, Mota e Souza reforçam esse pensamento quando nos diz que “as religiões afro-brasileiras, com sua cosmologia, denotam um sentido de sacralidade associado à natureza, onde a noção de relação entre o homem e o mundo natural se expressa por notas de respeito e reciprocidade” (2018, p.299).

Os espaços de terreiro são responsáveis garantir proteção, acolhimento e salvaguarda ainda que ocorra omissão por parte do poder público. O Terreiro da Casa Branca está alocado na parte periférica da cidade e dá suporte os moradores do entorno do Vale da Muriçoca, Lajinha, Baixa da Égua, Acupe de Brotas, Santa Madalena, na área de atendimento básico de saúde com a Feira de Saúde que ocorre anualmente na Praça do candomblé.

O templo desenvolve de forma gratuita cursos de corte e costura, bordado e aulas de capoeira para as crianças em horário oposto ao escolar, garantindo atividade extracurricular para juventude, afastando da relação com o tráfico de drogas que permeia a comunidade do Engenho Velho da Federação.

De todo modo o enfrentamento ao racismo apresentam resultados que precisam ser destacados como a publicação do Decreto nº 4.886/2003(PLANALTO) que institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, ou seja, após 115 anos da abolição o Estado Brasileiro adota uma postura reparadora aos efeitos a escravização no país.

Em que pese existam políticas públicas direcionadas aos povos e comunidades tradicionais como o Cadastramento de Povos e Comunidades de Terreiro da SEMUR ou o Centro de Referência Nelson Mandela da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Bahia - SEPRMI, não se tem registro de atendimento especializado em qualquer



dos órgãos do Poder Executivo para os 1.296 terreiros de candomblé identificados em Salvador através da ação conjunta entre a Fundação Cultural Palmares, Secretaria Municipal de Reparação – SEMUR, Secretaria Municipal da Habitação e Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (PALMARES, 2007).

Neste contexto, é possível identificar a importância dos Terreiros de Candomblé na cidade de Salvador e como esta estrutura religiosa promove justiça social vinculada a proteção ambiental, uma vez que a crença ancestral africana na diáspora coaduna com a Religião Tradicional praticada em África que tem objeto central a fé na natureza.

#### **4. Ecologia dos saberes: um diálogo entre o Terreiro e a Universidade através do Projeto Obinrin - Mulheres de Axé**

A Obinrin é uma palavra de origem Yorubá que traduzida para o português é equivalente ao substantivo mulher que dá título ao Curso de Extensão desenvolvido ao longo do curso da disciplina Meio Ambiente e Justiça Social, ministrada pelos professores doutores Fábio Roque Araújo e Tagore Trajano de Almeida Silva, do Mestrado em Direito da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, resultado da análise de temas que transversalizam entre outros o racismo ambiental e promoção de justiça social (Figura 4).

Figura 4 - Logomarca do Curso de Extensão



Fonte: Autoras, 2023.



Idealizado pelas discentes do Programa de Pós Graduação em Direito – PPGD e a Pós Graduação em Território, Ambiente e Sociedade - PPGTAS da UCSal, a advogada Isaura Genoveva Neta e a engenheira civil Silviane Ferreira de Jesus, pensaram a partir das discussões em sala de aula com os Professores a metodologia de aplicação da Obinrin tendo como filosofia norteadora o “Ubuntu” que declara um viver o mundo a partir da ideologia de “eu sou, porque nós somos” justificando a interação entre o homem e a natureza.

A proposta da Obinrin é ser um programa antirracista que se propõe a apresentar uma nova filosofia de vida a partir de troca de saberes e vivências de mulheres para mulheres em especial, ampliando o grau de percepção da estrutura social brasileira e como se pauta temas como liderança, poder, feminismo negro, racismo em suas várias vertentes. Ademais, o projeto tem por finalidade empoderar a energia vital feminina que existe em cada ser humano, seja ele ser gerador de vida ou ser gerado pelo ventre feminino, que também se contrapõe ao patriarcado e ao sistema opressor instituído na sociedade brasileira.

Longe de rotular pessoas a partir de gênero, a Obinrin se propõe como espaço de acolhimento indiscriminado, local de transmissão de saber a partir de indivíduos que se reconhecem seja pela ideologia de raça, classe, cultura, defesa aos Direitos Humanos, garantia para povos e comunidades tradicionais, proteção ao meio ambiente, promoção de acesso a conhecimento. De acordo com os pensamentos de Tagore Trajano, “uma sociedade que se pretende inclusiva, é fundamental construir e aplicar o Direito de modo a promover, no plano dos fatos, a igualdade real entre as pessoas reduzindo os desníveis sociais e de poder existente” (TRAJANO, 2008, p. 4265).

O curso de extensão tem a justiça social e o meio ambiente como eixos principais de atuação, para ser desenvolvido ao longo de seis aulas na modalidade híbrida, se propondo a multiplicar saberes com pessoas que estejam dispostas a se auto transformar através do respeito e compreensão do outro, em especial, emancipando mulheres tendo por base a cultura afro-brasileira que emerge dos Terreiros de Candomblés na Bahia.



Durante os séculos de escravidão o acesso a educação não era condição comum entre as pessoas as pessoas negras, de modo que os conhecimentos foram passados para seus descendentes através do sistema da oralidade, o que acarreta ao desaparecimento de parte de um legado ancestral por não haver documentos impressos descrevendo tais saberes.

O ato de escrever também confere registro daquilo que não deve ser esquecido ou levado pelo tempo, e neste caso a Obinrin traz para o papel as práticas ancestrais das mulheres de terreiros para a academia. As mulheres que aqui aportaram, carregavam em si saberes e cultura que foram mantidos ao longo dos séculos, preservados nas paredes sagradas de Terreiros de Candomblé, Quilombos e favelas transmitidos de forma oral. Falas, gestos e costumes possuem uma carga ancestral que somente o povo de axé compreende. Para além do que está escrito o olhar fala muito mais do que palavras.

Neste contexto, é possível afirmar que Obinrin é um ato por reivindicação de direito resultante da constatação de que o racismo brasileiro transforma a diversidade em desigualdade, legitimando na sociedade a distribuição de forma hierarquizada dos privilégios, consolidando a disseminação do ideário de que ser negro é sinônimo de subalternidade, reproduzindo o “status quo” do período da escravidão para os dias atuais.

A pobreza, a miséria e a desigualdade são mais intensas na população negra. O formato da sociedade capitalista privilegia o portador do capital em detrimento aos demais membros da sociedade. As mulheres negras ocupam a base da pirâmide do racismo e, portanto a Obinrin surge com um olhar direcionado para este público que carece de maiores oportunidades.

A sociedade racista desenvolve mecanismos diversos - uns mais sutis, outros nem tanto, de restrição, limitação e exclusão social. Sujeita o indivíduo negro a barreiras que limitam ou bloqueiam suas condições de mobilidade social, associa-os à pobreza e à miséria, banaliza situações graves de constrangimento e violação de direitos que levam à alienação e, no limite, à morte. É o que demonstram os indicadores mortes por assassinato de jovens negros. Em trajetória crescente essas mortes explicitam não apenas a banalidade da desigualdade, mas a ação não constrangida da violência contra a população negra. (THEODORO,2014, p.214)



O Estado reconhece o protagonismo negro feminino na manutenção da família quando as indicam como titular de algumas políticas públicas de repasse de recursos como o Bolsa Família ou Minha Casa Minha Vida, porém não as coloca em condições de assumir uma condição de ascensão social, relegando-as a permanecer ao local de miserabilidade ao qual se encontra.

Na teoria as políticas públicas constituem um avanço considerável face aos desafios para enfrentamento da discriminação e preconceito racial frutos do racismo, entretanto, na prática seus resultados não são satisfatórios o suficiente para modificar a estrutura social no modo como esta edificada, o que demonstra a ausência de uma reestruturação da sociedade para o enfrentamento ao racismo.

Seria possível indicar uma lista de normativos, decretos, leis, conselhos que foram instituídos sobre o prisma de política pública direcionada para promoção da igualdade racial, porém ao mesmo tempo também seria possível detalhar fatos em que a política pública foi ineficiente e não conseguiu alcançar a proposta de igualdade social.

Neste contexto é que se propõe a Obinrin, para através de ações direcionadas para empoderar pessoas oriundas de comunidade periféricas a principio de Salvador, possam ser multiplicadoras de saber avançando inicialmente para uma mudança de comportamento do individuo com o meio ambiente e resignificando a posição do homem como parte da natureza para perpetuação da espécie.

A Obinrin utiliza a mesma tecnologia ancestral dos Quilombos, das sociedades secretas como as Gélesdes e a filosofia africana do Ubuntu (Eu sou porque nós somos), e revela a importância da coletividade para resistir apesar das adversidades, porém a dinâmica social demanda por uma mudança de comportamento social em que não basta resistir é necessário a adoção de medidas que partem de ações de locais de fazer ciência como a Academia.

O ato de criação da Obinrin surge dentro do Mestrado da Ucsal para atender não só mulheres negras de Terreiro mas toda pessoa que tenha o desejo de fazer algo a mais pela sociedade que não se limita tão somente a questionar a omissão estatal.



Colocar no papel este projeto não só permite reivindicar aquilo que se é devido por direito, mas também é a materialização de um caminho para a justiça social, criando a oportunidade de denunciar o racismo, multiplicar saber e empoderar outras pessoas a ações similares e suas comunidades de modo que esta ação ganhe forma e expanda para outras comunidades.

A filosofia de vida africana Ubuntu (eu sou porque nós somos) resistiu ao período de escravidão brasileira e os efeitos do racismo para a população afrodescendente brasileira legitimado pelo próprio Estado, como demonstra a pesquisa de Bruno Paes Manso, pesquisador da Rede e do Núcleo de Estudos e da Violência da Universidade de São Paulo (USP), que constata na Bahia 616 pessoas mortas em decorrência da intervenção de agentes do estado no ano de 2021, sendo 603 pessoas negras(MANSO, 2021).

Neste processo de re-existência imposto às mulheres negras, cabe à certeza de que as Yamis (mães ancestrais) são as garantidoras de suporte para o ressignificar da vida humana através das mulheres, o que se propõem também com o Projeto de Extensão Obinrin - Mulheres de Axé, que foi aprovado na Reunião do Colegiado do Programa de Pós Graduação em Direito - PPGD, no dia 19 de abril de 2023, e será oficialmente lançado em 26 de abril de 2023 no Seminário Justiça Ambiental: Diálogos entre Direito e Ecologia, no PPGD-UCSAL, trazendo como Embaixadora da primeira turma a Procuradora Federal, Assessora do Supremo Tribunal Federal – STF, Dra Manuellita Hermes Rosa Oliveira Filha, corroborando com a emancipação da mulher através do partilhamento de saberes.

## 5. Conclusão

O processo de reunir pessoas é uma forma de fortalecer vínculos comungando a princípio de ideais comuns entre os membros do grupo. A ação idealizada por discentes do Mestrado da UCSal reunidos com os conceitos da ancestralidade dos Terreiros de



Candomblé e da Academia permite o alinhamento dos diversos saberes para o desenvolvimento de uma sociedade mais conectada com o meio ambiente.

Ter a possibilidade de pautar demandas sociais através da Obinrin, se constitui em uma ação repleta de simbologia, que perpassa pelo fato dar autonomia a quem teve cerceado direito durante séculos e por utilizar um dos meios mais antigos de comunicação para estabelecer a interlocução entre pessoas com base na oralidade.

A segregação aumenta a distância pela impossibilidade do acesso ao saber, o que se pretende diminuir com a Obinrin que além de troca, visa multiplicar saberes para que todas as pessoas que passem pela formação através do projeto de extensão possa se tornar uma Embaixadora Obinrin apta a disseminar em sua comunidade os conhecimentos apreendidos durante o curso, passando-os adiante e ampliando o acesso ao conhecimento indistintamente.

## REFERÊNCIAS

BRYMAN, Alan: **Social Research Methods, 4th. Edition**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012. P. 420

CASTILLO, Lisa Earl e PARÍS, Luis Nicolau. **Marcelina da Silva e o seu mundo: Novos dados para uma historiografia do Candomblé Ketu**. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21143/13730>. Acesso em 24 de abril de 2023.

COUCEIRO, Luiz Alberto. **Terreiros de candomblé e a acusações de feitiçaria na sociedade complexa de Salvador, Bahia(1863-1871)**. Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, 72:163-193, 2013.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008.

FLICK, Uwe: **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, 2004, Bookman.

GELÉDES. Instituto da Mulher Negra. **O que é Gélede**. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/o-que-e-gelede/>> . Acesso em 21 de abril de 2023.

GOMES, Laurentino, **1956-Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**, volume I-1ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019 (Uma história da escravidão no Brasil; 1)





GORDILHO, Heron José de Santana; MOTA, Rejane Francisca dos Santos; SOUZA, Marines Ribeiro de. Fé cega, faca amolada: o diálogo das religiões brasileiras de matriz africana com a ética ambientalista. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, v. 38.2, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43869>>. Acesso em: 23 de abril de 2023.

HEIM, Bruno Barbosa; ARAUJO, Mauricio Azevedo e HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro. **Direito dos Povos de Terreiro**. Salvador: Eduneb, 2018.

JUSTIÇA DO TRABALHO. Tribunal Superior do Trabalho. **A Justiça do Trabalho como Justiça Social**. Disponível em: <<https://www.tst.jus.br/justica-social#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20do%20Trabalho,riqueza%20que%20ajudou%20a%20gerar>>. Acesso em 21 de abril de 2023.

MARIOSA, Gilmara Santos e MAYORGA, Claudia. **Mulheres de tabuleiros/mulheres de terreiro: trajetória de mulheres negras**. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:rXpH2HnZUQQJ:https://www.escritadahistoria.com/index.php/reh/article/download/136/136/140&cd=16&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> acesso em 30 de novembro de 2022.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. 1ª ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo Feevale. 2013.

ROCHA, Júlio César de Sá da. "**Direito, grupos étnicos e etnicidade. Reflexões sobre o conceito normativo de povos e comunidades tradicionais**". In: ROCHA, Júlio César de Sá da; SERRA, Ordep (org.). Salvador: EDUFBA, 2015, p. 13-29

MARQUES, Lorena de Lima. Palmares Fundação Cultural. **Salvador, 470 anos: Diáspora, Religiosidade e Resistência**. 2019. Disponível em: <<https://www.palmares.gov.br/?p=53773#:~:text=Conhecida%20como%20a%20cidade%20mais,470%20anos%20da%20sua%20funda%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 23 de abril de 2023.

SANTOS, Edmar Ferreira. **O poder dos candomblés : perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia** / Edmar Ferreira Santos. - Salvador : EDUFBA, 2009.

SANT'ANNA, Márcia, **Escravidão no Brasil: os terreiros de candomblé e a resistência cultural dos povos negros**. Iphan/Oralidd. 2001/2003.

SILVA, Tagore Trajano de Almeida. **Apropriação dos espaços públicos durante o carnaval de salvador/bahia/brasil: síntese das desigualdades sociais**. XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI, 2008, Salvador. Anais do XVII Encontro Preparatório do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. Disponível em:<



[http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/tagore\\_trajano.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/tagore_trajano.pdf)>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

SILVEIRA, Renato da. **O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano Keto**. Salvador: Edições Maianga, 2006.

TEIXEIRA, E. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez.2001.

MACHADO, Adilbênia Freire; SANTOS, Beatriz Ricarte. **Trajetórias política e religiosa de mulheres de terreiro: saberes ancestrais femininos e a filosofia das religiões de matriz africana**. VADE MECUM MÉTODO. 14.ed. – Rio de Janeiro: Forense; Método, 2022 Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/53996>>. Acesso em 30 de novembro de 2022.

VAZ, Livia Sant'Anna e RAMOS, Chiara. **A Justiça é uma mulher negra**. Belo Horizonte, MG: Casa do Direito, 2021.